

# RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DE UMA VISITA TÉCNICA NA COMUNIDADE INDÍGENA ALDEIA SALTO, TOCANTÍNIA/TO

## EXPERIENCE REPORT ABOUT A TECHNICAL VISIT IN THE INDIGENOUS VILLAGE VILA JUMP, TOCANTÍNIA / TO

Anna Karoline Cavalcante Carvalho<sup>1</sup>

Victor Soares Nunes<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente relato de experiência refere-se à visita técnica realizada na Aldeia Salto em Tocantína, no estado do Tocantins, com a finalidade de realizar estudo acerca do cotidiano dos povos indígenas da respectiva comunidade, bem como, seus hábitos, costumes e tradições culturais. Foram realizadas entrevistas e rodas de conversa, observações *in loco*, e fotografias, as quais ilustram a descrição do relato.

**Palavras-chaves:** Povos Indígenas. Tradições culturais. Aldeia Salto.

**Abstract:** This experience report refers to the technical visit to Aldeia Salto in Tocantins, in the state of Tocantins, with a performance study on the daily lives of indigenous peoples in the indigenous community, as well as their habits, customs and cultural traditions. Interviews and conversation circles, on-site presentations and photographs were carried out, as illustrated in the report description

**Keywords:** Indian people. Cultural traditions. Aldeia Salto.

1 Acadêmica de Direito na Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2002966850532127>. E-mail: annakarolinecavalcante@gmail.com

2 Mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos na Escola da Magistratura Tocantinense, Graduado em Direito pela Universidade Federal do Tocantins, Servidor Público na Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7332212487115695>. E-mail: victor.jusadv@gmail.com

# Introdução

As transformações sociais afetam diretamente o conjunto da vida em sociedade e as diversas formas de sociabilidade. Tal reflexão é imprescindível para estabelecer, em face dessas transformações, estratégias de políticas públicas minimamente adequadas para fornecer respostas às problemáticas existentes nas aldeias indígenas.

Sabe-se, de maneira geral, que as populações indígenas situadas no território brasileiro sofrem com inúmeros problemas de ordem socioeconômicas: pobreza, violência, conflitos territoriais, problemas de saúde, entre outros. A forma como tais problemas apresentam-se decorrem do contato interétnico com a sociedade não indígena. Nesse processo histórico, a dinâmica por parte da sociedade não indígena tem-se mostrado no sentido de intensificar os processos de violência, de negar a identidade dos povos indígenas e inviabilizar suas histórias e culturas ao invés de atenuar os impactos do contato, reconhecer a identidade cultural e evidenciar as necessidades desses povos.

O relato visa descrever a realidade dos povos indígenas da Aldeia Salto, pautado no conhecimento empírico em que poderemos refletir à luz dos direitos humanos o contexto visualizado a partir das experiências vivenciadas.

## Resultados e Discussões

Em 19 de junho de 2017, realizou-se visita técnica na Aldeia Salto, localizada no município de Tocantina no Estado do Tocantins situada aproximadamente 70 km de Palmas - TO, com o objetivo de visualizar o contexto social no qual os indígenas estão inseridos, bem como, a sociabilidade desses povos em sua comunidade.

Em um primeiro momento, foi organizada uma roda de conversa com dois indígenas, o professor Afonso Xerente e também o diretor Davi, da escola Municipal WAIKARNASE, oportunidade na qual foram respondidas diversas perguntas acerca de seus costumes e tradições indígenas.

Diante da experiência, foi possível observar que o povo Xerente, sofre com os impactos das mudanças socioculturais, políticas e econômicas, as quais sobrecarregam e suprimem o respectivo grupo social. Nesse contexto social, inserem-se nesses espaços, diversas expressões que envolvem diversos conflitos, tais como a tentativa de dominação cultural em terras indígenas; a degradação dos seus ecossistemas; a exposição às doenças desconhecidas e mortais; uma educação que não valoriza suas identidades culturais. Além disso, visualiza-se, sob o ponto de vista social, um cenário de miséria, fome e ausência de políticas públicas voltadas à proteção cultural e existencial dos povos indígenas.

De acordo com relatos dos entrevistados, a Aldeia Salto é considerada uma das maiores entre os povos da região com uma população aproximada de 450 indígenas. Ademais, segundo os próprios indígenas, a construção da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (em Lajeado) impactou de forma significativa o desmatamento e a perda de vazantes nesse território indígena, ao passo que a subsistência desse povo foi extremamente comprometida, vez que têm no cultivo e na pesca um modo de sobrevivência. Os entrevistados ressaltaram que antes da referida construção desfrutavam de “fartura” alimentar provenientes de suas produções agrícolas, entretanto, atualmente são obrigados a consumir produtos provenientes da cidade, dentre eles: a carne de gado, o frango e outros alimentos.

As atividades de caça, pesca e produção agrícola estão intimamente associadas ao conhecimento que os povos indígenas detêm acerca da natureza, suas potencialidades e limites. O ciclo de atividades dedicadas à agricultura divide-se entre a estação seca - por eles designada de “verão” - e a estação das chuvas - chamada de “inverno”. A primeira compreende os meses de maio a setembro, e a segunda, de outubro a abril (Afonso Xerente em 19 de junho de 2017)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Conversa realizada no dia da visita na aldeia.

As áreas de cultivo localizam-se, em sua grande maioria, na imediação da aldeia, próximos a matas-galeria. Outros plantios realizados pelos Akwê são cultivados junto às margens do rio Tocantins, em quase toda a fronteira oeste do território, em área com aproximadamente doze quilômetros de extensão. O processo para preparo das pequenas áreas de cultivo (derrubada, queimada, coivara, plantio e colheita) conta com a participação de segmentos familiares específicos (pais, filhos solteiros, filhas casadas e genros), e em áreas de maior extensão territorial, os trabalhos agrícolas são divididos entre os moradores da aldeia (Afonso Xerente em 19 de junho de 2017).

Outros itens importantes na alimentação básica dos indígenas Akwê-Xerente como mel, frutos e raízes são obtidos por meio da coleta, atividade na qual também são selecionadas as ervas medicinais. A pesca, que já foi uma importante fonte de alimentação para os indígenas, tem diminuído progressivamente ao longo dos anos, devido ao impacto de grandes obras (barragens, hidrelétricas) realizadas no rio Tocantins (Afonso Xerente em 19 de junho de 2017).

A caça também tem se tornado uma atividade cada vez mais escassa entre os indígenas em virtude das constantes explorações dos recursos naturais por parte da sociedade não indígena. Nesse sentido, os Akwê buscam outras formas de garantir seu sustento. Para tanto a confecção e a venda de artesanato - cestaria, bordunas, arcos e flechas, colares e outros acessórios, é uma das principais atividades desenvolvidas pelo grupo, vez que os materiais utilizados (fibras de buriti, sementes de capim-navalha, palhas de coco) que são facilmente encontrados em suas terras. Outras formas de obtenção de rendas pelos indígenas têm sido por meio da ocupação de cargos públicos em prefeituras municipais, governo estadual e federal. Entretanto, a referida oportunidade é concedida à parcela mínima da população indígena, estando a imensa maioria dependente de benefícios provenientes da previdência e assistência social. (Davi Xerente em 19 de junho de 2017).

A circulação de dinheiro nas aldeias, dada à situação de assalariamento de alguns indígenas, bem como de inserção de parcela dos Akwê-Xerente em programas de assistência social, tais como o benefícios de prestação continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família, possibilitam a associação dos Akwê-Xerente ao sistema capitalista, ao passo que existe o incentivo ao consumo de mercadorias industrializadas” [...] (LIMA, 2016, P. 258).

Os indígenas entrevistados enfatizaram que a realização de trabalhos religiosos na aldeia é importante, haja vista que proporcionam a compreensão de ensinamentos religiosos, os quais fortalecem a espiritualidade desses povos, observou-se que muitos são evangélicos na Aldeia.

A Igreja Batista estabeleceu relação com as aldeias Akwê a partir do trabalho de dois pastores, Guenther Carlos Krieger e Rinaldo de Matos, que chegaram à Tocantínia no final da década de 1950. Além da evangelização, que era feita a partir do ensino da língua materna e a sua fixação pela escrita, em parceria com alguns Akwê, elaboraram um dicionário Akwê/português e duas cartilhas para alfabetização, que são atualmente utilizadas nas escolas indígenas (NOLASCO, 2010, apud, ARAÚJO, 2016. P.66).

Em relação à década de 70 e o desenvolvimentismo econômico implantado no país,

[...] em plena ditadura militar, houve mobilização se, precedentes em favor dos direitos dos índios. [...] O verdadeiro debate centrava-se no direito dos índios às suas terras, um princípio que vigorou desde a Colônia, afirma a estudiosa. É com base nesse modelo econômico desenvolvimentista adotado pelo país desde a década de 70 que tem se dado a construção de grandes obras de infraestrutura, que produziram e continuam produzindo impactos ambientais de grande vulto (CUNHA, 2012, apud, ARAÚJO, 2016. P 76).

Segundo relatos dos entrevistados na década de 80 o acesso à saúde era muito precário, muitos indígenas morreram por ausência de atendimento médico, de modo que os indígenas eram tratados apenas com ervas medicinais, as quais eram indicadas pelos anciões e pajés, que detinham os conhecimentos medicinais. Atualmente, conforme narrado pelos entrevistados, à aldeia dispõe de atendimento médico, com postos de atendimento médico e profissionais de saúde no território indígena, mas os povos indí-

genas continuam a fazer uso de seus conhecimentos tradicionais, por meio de tratamentos com ervas, embora tenham acesso a medicamentos farmacêuticos.

No que concerne o acesso à educação, segundo o indígena Davi Xerente entrevistado na visita técnica “os indígenas aprendem três diferentes línguas na escola primária, o português, a língua macro-jê e outra língua estrangeira, estudam o ensino fundamental na escola municipal da aldeia, e o ensino médio em escola pública situada no município de Tocantínia.”

O reconhecimento da Educação enquanto direito fundamental e direito humano é essencial ainda mais quando se tem em vista a realidade educacional do Brasil, que carrega marcas do passado histórico de elitização, segregação e exclusão, especialmente agravada pelas enormes desigualdades sociais e regionais, situação que carece de mudanças emergentes e profundas, para que se possa, realmente, assegurar a todos o direito à educação (BARROS, 2016, p.161).

O entrevistado ressaltou que os indígenas “têm a possibilidade de ingressarem na universidade atualmente o que tem sido uma esperança para o povo indígena” (Davi Xerente em 19 de junho de 2017).

O ingresso de indígenas na universidade tem sido uma esperança para os anciões e jovens que veem como uma forma do acadêmico indígena falar e escrever a história do seu povo, bem como se apropriar de conhecimentos necessários para mediar suas ações em face das lutas cotidianas: políticas, econômicas e culturais (LIMA, 2016, P. 260).

Nesse contexto educacional, os indígenas entrevistados relataram diversos percalços suportados desde o limiar de suas trajetórias acadêmicas, tais como dificuldades com o transporte, moradia, escassez de recursos financeiros, dificuldade de adaptação com o ambiente acadêmico entre outros. Quanto às condições de infraestrutura da escola de ensino fundamental situada na Aldeia Salto, percebeu-se a ausência de recursos necessários ao processo de aprendizagem, tais como a ausência de mesas para os alunos, tendo esses que apoiarem seus cadernos nas próprias pernas para que fosse possível escrever.

**Figura 1.** Aldeia Salto



**Fonte:** Fotografia da autora.

As imagens retratam o processo de evolução da infraestrutura das residências indígenas as quais anteriormente eram construídas com palha e taipa, ao passo que hoje as respectivas residências são de tijolos e telhas.

Uma constatação bastante presente durante as visitas às aldeias foi a presença de diversos resíduos sólidos, tais como embalagens de refresco, biscoito recheados, bolachas cream cracher, refrigerante, temperos pronto, flocão de milho, milho em conserva, leite



em pó, latas de óleo, sardinha enlatada, margarina, cachaça e cerveja, entre outros, espalhados em aldeias. Tais resíduos podem ser considerados, entre outros elementos, com indicativo de mudanças nos hábitos alimentares dos AKWE-Xerente (LIMA, 2016, Pag. 258)

Mesmo diante de tais mudanças ocorridas nos hábitos dos povos indígenas, ainda é possível verificar que eles buscam preservar suas tradições, por exemplo, na imagem abaixo em que a anciã manuseia o seu plantio.

**Figura 2.** Aldeia Salto



**Fonte:** fotografia da autora.

A imagem mostra a anciã Rosa Suíti manuseando seu próprio alimento, o feijão andu. A anciã é referência para os demais indígenas da aldeia, haja vista que detém diversos saberes acumulados ao longo de sua vida, saberes esses que são repassados aos indígenas mais jovens.

## Considerações Finais

Neste contexto, foi possível observar o cotidiano dessa população, suas especificidades, relacionando com os relatos que foram nos falado dos dois Xerentes. Pôde-se concluir, que o modo de vida deles, como a alimentação, o plantio, a colheita, o trabalho desenvolvido, o artesanato, a inserção no mercado de trabalho, foi visivelmente modificada com o passar dos anos. Na década de 60, a política econômica de desenvolvimento implantada no país afetou diretamente os povos indígenas com o processo de intensificação de disputas por demarcação de terras com latifundiários.

A visita técnica proporcionou a obtenção de contato direto com o cotidiano dos entrevistados, bem como a compreensão do contexto social no qual estão inseridos os indígenas proporcionando uma satisfatória experiência á medida que proporcionou observações e reflexões sobre a sociabilidade da comunidade indígena e como os costumes dos povos não-indígenas a influenciaram.

Assim, foi possível visualizar as diversas manifestações culturais predominantes na aldeia, entretanto foram constatados problemas como a ausência de saneamento básico, falta de proteção social, vulnerabilidade alimentar. Ademais, constatou-se que a maioria da população indígena faz parte do programa de transferência de renda, Benefício Prestação Continuada (BPC) ou Bolsa Família subsídios financeiros que não são suficientes para suprir as necessidades básicas desses povos. Do contrário, resta ao

indígena recorrer ao mercado de trabalho mudando-se para as cidades ou grandes metrópoles para buscar melhores condições de obtenção de renda ou realizar a venda de artesanatos nas cidades próximas. Logo, verifica-se a necessidade de veementes análises acerca das políticas públicas sociais voltadas aos indígenas vez que essas mostram-se insuficientes para garantir as condições mínimas de existência dos povos indígenas, bem como, a garantia de acesso a direitos básicos, tais como, saúde, educação, alimentação e moradia.

## Referências

ARAÚJO, Rosemary Negreiros de. **Os territórios, os modos de vida e as cosmologias dos indígenas Akwê-Xerente**, e os impactos da UHE de Lajeado. 2016.

BARROS, Graciela Maria da Costa. **Estudando direitos humanos: diagnóstico e proposições do processo de ensino-aprendizagem em direitos humanos nos cursos de direito do estado do Tocantins**. Disponível em <https://repositorio.ufu.edu.br/bitstream/11612/323/1/Graciela%20Maria%20Costa%20Barros%20-%20Relat%C3%B3rio%20T%C3%A9cnico.pdf>

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

LIMA, Layanna Giordana Bernardo. **Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais**. / Layanna Giordana Bernardo Lima; orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2016.

Recebido em 26 de agosto de 2019.

Aceito em 19 de Junho 2020.

